



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NÚCLEO ÁSIA, RELATÓRIO XVI, ANO II

# NÚCLEO ÁSIA

## XVI REUNIÃO DO GRUPO DE ANÁLISE SOBRE CHINA

RIO DE JANEIRO, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Conexões por videoconferência: Brasília e São Paulo

Painelistas: Embaixador José Alfredo Graça Lima, Ivan  
Tiago Machado Oliveira, Renato Coelho Baumann

Comentaristas: Sandra Polónia Rios, José Tavares de  
Araújo

Coordenadora: Tatiana Rosito

TEMA

---

Uma nova moldura para  
acordos comerciais e de  
investimento entre Brasil e  
China?

## Sobre o CEBRI

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um think tank independente, que contribui para a construção da agenda internacional do Brasil. Há mais de vinte anos, a instituição se dedica à promoção do debate plural e propositivo sobre o cenário internacional e a política externa brasileira.

O CEBRI prioriza em seus trabalhos temáticas de maior potencial para alavancar a inserção internacional do país à economia global, propondo soluções pragmáticas na formulação de políticas públicas.

É uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente. Hoje, reúne cerca de 100 associados, que representam múltiplos interesses e segmentos econômicos e mobiliza uma rede de profissionais e organizações no mundo todo. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes na sociedade brasileira.

**[www.cebri.org](http://www.cebri.org)**

**EQUIPE CEBRI** | Diretora Executiva: **Julia Dias Leite** | Diretoras Adjuntas: **Carla Duarte; Luciana Gama Muniz** | **PROJETOS** > Coordenadora Acadêmica e de Projetos: **Monique Sochaczewski, Ph.D.** | Coordenadoras: **Cintia Hoskinson; Karen Soares Swanborn; Lara Azevedo; Teresa Rossi** | Estagiários: **Gustavo Berlie; Lara C. Chaves de Melo; Mateus Maracajá Tabach** | **COMUNICAÇÃO** > Coordenador de Comunicação e Conteúdo: **Nilson Brandão** | Analista: **Gabriella Cavalcanti** | Assistente: **Carlos Arthur Ortenblad Jr.** | Estagiário: **Henrique Vidal** | **EVENTOS** > Coordenadora: **Giselle Galdi** | Assistentes: **Ana Karina Wildt; Danielle Batista** | **INSTITUCIONAL** > Coordenadora: **Barbara Brant** | Assistente: **Nana Villa Verde** | Estagiário: **Rodrigo Curty** | **ADMINISTRATIVO** > Coordenadora: **Fernanda Sancier** | Programa Jovem Aprendiz: **Édrovan Silva Ferreira** | Analista: **Kelly C. Lima** | Serviços Gerais: **Maria Audei Campos**

Relatoria: **Gabriel Torres**

PENSAR  
DIALOGAR  
DISSEMINAR  
INFLUENCIAR

**#2 Think tank da América do Sul e Central**

Ranking *Think Tanks and Civil Societies*  
Program da Universidade da Pensilvânia



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NÚCLEO ÁSIA, RELATÓRIO XVI, ANO II

# NÚCLEO ÁSIA

## XVI REUNIÃO DO GRUPO DE ANÁLISE SOBRE CHINA

RIO DE JANEIRO, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Conexões por videoconferência: Brasília e São Paulo

Painelistas: Embaixador José Alfredo Graça Lima, Ivan  
Tiago Machado Oliveira, Renato Coelho Baumann

Comentaristas: Sandra Polónia Rios, José Tavares de  
Araújo

Coordenadora: Tatiana Rosito

# Uma nova moldura para acordos comerciais e de investimento entre Brasil e China?

ORGANIZADORES:



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

APOIO NÚCLEO ÁSIA:



# NÚCLEO ÁSIA

O núcleo realiza o acompanhamento sistemático de questões relevantes às relações internacionais e ao desenvolvimento brasileiro, em particular daquelas relacionadas à China.

Atenção especial tem sido dada ao acompanhamento das reformas econômicas em curso e transformações políticas na China, considerando seus efeitos globais e impactos sobre a América Latina e o Brasil. Esse exame contínuo permite fornecer informações e análises aos membros e parceiros do CEBRI e ao governo brasileiro, como forma de contribuir para a construção de um posicionamento estratégico do Brasil em relação ao país asiático, e assim auxiliar na redução do déficit de conhecimento sobre a China na sociedade brasileira.

## EDIÇÕES ANTERIORES

*Clique para acessar*

 RELATÓRIO I, ANO I  
22 DE SETEMBRO, 2017

 RELATÓRIO XI, ANO II  
08 DE MAIO, 2019

 RELATÓRIO II, ANO I  
19 DE OUTUBRO, 2017

 RELATÓRIO XII, ANO II  
16 DE JUNHO, 2019

 RELATÓRIO III, ANO I  
22 DE NOVEMBRO, 2017

 RELATÓRIO XIII, ANO II  
21 DE AGOSTO, 2019

 RELATÓRIO IV, ANO I  
24 DE JANEIRO, 2018

 RELATÓRIO XIV, ANO II  
25 DE SETEMBRO, 2019

 RELATÓRIO V, ANO I  
14 DE MARÇO, 2018

 RELATÓRIO XV, ANO II  
26 DE NOVEMBRO, 2019

 RELATÓRIO VI, ANO I  
25 DE ABRIL, 2018

 RELATÓRIO VII, ANO I  
30 DE MAIO, 2018

 RELATÓRIO VIII, ANO I  
26 DE JUNHO, 2018

 RELATÓRIO IX, ANO I  
14 DE AGOSTO, 2018

 RELATÓRIO X, ANO I  
30 DE NOVEMBRO, 2018



CONSELHEIRA

**Anna Jaguaribe**

Membro do Conselho Curador do CEBRI e Diretora do Instituto de Estudos Brasil-China (IBRACH). Atualmente, ela é Professora visitante do Programa de Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Anteriormente, trabalhou na Organização das Nações Unidas em Nova York e foi consultora da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra.



SENIOR FELLOW

**Tatiana Rosito**

Senior Fellow do CEBRI e Coordenadora do Grupo de Análise sobre China. É diplomata e economista, tendo trabalhado mais de dez anos na Ásia, onde serviu nas Embaixadas do Brasil em Pequim e Cingapura. Foi Representante Chefe da Petrobras na China e Gerente Geral de Desenvolvimento de Negócios na Ásia entre 2017 e 2019. Anteriormente, foi Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (CAMEX) e Assessora Especial dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, entre outras funções no serviço público. Possui mestrado em Desenvolvimento Internacional pela Harvard Kennedy School e MBA Executivo pelo INSEAD e pela Tsinghua University.



DIRETORA  
EXECUTIVA

**Julia Dias Leite**

Diretora Executiva do CEBRI desde 2015. Anteriormente, trabalhou 10 anos no Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), onde ocupou o cargo de Secretária Executiva. Recentemente, foi escolhida pelo Departamento de Estado do Governo dos EUA para o programa de Jovens Líderes Mundiais.

# Sumário

---

## RELATÓRIO

QUESTÕES ORIENTADORAS 06

RELATÓRIO DA XVI REUNIÃO 07

Introdução 07

Estratégias para ampliar as exportações brasileiras de maior valor agregado para a China: além da redução de barreiras na China e da intensificação da promoção comercial, o Brasil também estaria disposto a ceder mercados? Deveríamos caminhar para algum tipo de acordo comercial que envolva a China? Como abordar os temas mais polêmicos, como propriedade intelectual, por exemplo, num possível acordo comercial? 08

As principais demandas brasileiras na área comercial com a China são aumentar e diversificar as exportações de produtos de maior valor agregado, ao lado da aprovação sanitária de frigoríficos. À luz dos objetivos brasileiros de diversificação e agregação de valor, não faria sentido uma revisão do discurso em direção a moldura mais estratégica e direcionada a mudanças efetivas de políticas/eliminação de barreiras? 10

Quais foram os impactos dos acordos comerciais e de investimentos que a China já fez com outros países em desenvolvimento? Que lições o Brasil pode tirar dessas experiências? 12

BIOGRAFIAS 14

---

## ANEXOS

ROTEIRO TEMÁTICO 16

SUGESTÕES DE LEITURA 22

APRESENTAÇÕES 23

Ivan Tiago Machado de Oliveira 23

PARTICIPANTES DA XVI REUNIÃO 31

---

## QUESTÕES ORIENTADORAS

---

Estratégias para ampliar as exportações brasileiras de maior valor agregado para a China: além da redução de barreiras na China e da intensificação da promoção comercial, o Brasil também estaria disposto a ceder mercados? Deveríamos caminhar para algum tipo de acordo comercial que envolva a China? Como abordar os temas mais polêmicos, como propriedade intelectual, por exemplo, num possível acordo comercial?

---

As principais demandas brasileiras na área comercial com a China são aumentar e diversificar as exportações de produtos de maior valor agregado, ao lado da aprovação sanitária de frigoríficos. À luz dos objetivos brasileiros de diversificação e agregação de valor, não faria sentido uma revisão do discurso em direção a moldura mais estratégica e direcionada a mudanças efetivas de políticas/eliminação de barreiras?

---

Quais foram os impactos dos acordos comerciais e de investimentos que a China já fez com outros países em desenvolvimento? Que lições o Brasil pode tirar dessas experiências?

---

# RELATÓRIO DA XVI REUNIÃO

## INTRODUÇÃO

---

No dia 17 de dezembro de 2019, o Grupo de Análise sobre China do CE-BRI realizou sua XVI reunião, encerrando o ciclo de encontros do grupo no ano. Sob coordenação de Tatiana Rosito, a reunião abordou as possibilidades e desafios de um acordo preferencial de comércio entre Brasil e China, considerando seus efeitos sobre a diversificação da pauta exportadora brasileira e sobre variáveis macroeconômicas, com base em estudos conduzidos pelo Ipea.

Neste sentido, participantes endereçaram as potencialidades e limitações de um acordo comercial na agenda de ampliação do valor agregado e conteúdo tecnológico de exportações brasileiras à China, ressaltando a agenda de reformas domésticas necessárias ao incremento da produtividade no Brasil. Tendo em vista desafios no Mercosul e questões pendentes no relacionamento bilateral, uma agenda negociadora de curto prazo deveria priorizar a garantia de acesso a mercados, a cooperação regulatória, facilitação de comércio e investimentos – tendo em vista, inclusive, riscos associados à evolução das negociações entre China e EUA.

Considerando a estratégia chinesa de negociação comercial ajustada às características de cada relacionamento bilateral – visando reduzir custos de transação em cada etapa produtiva – haveria espaço e flexibilidade para a negociação de um acordo bilateral alinhado a potenciais demandas brasileiras.

## ESTRATÉGIAS PARA AMPLIAR AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MAIOR VALOR AGREGADO PARA A CHINA: ALÉM DA REDUÇÃO DE BARREIRAS NA CHINA E DA INTENSIFICAÇÃO DA PROMOÇÃO COMERCIAL, O BRASIL TAMBÉM ESTARIA DISPOSTO A CEDER MERCADOS? DEVERÍAMOS CAMINHAR PARA ALGUM TIPO DE ACORDO COMERCIAL QUE ENVOLVA A CHINA? COMO ABORDAR OS TEMAS MAIS POLÊMICOS, COMO PROPRIEDADE INTELECTUAL, POR EXEMPLO, NUM POSSÍVEL ACORDO COMERCIAL?

---

Considerando o recorde alcançado no comércio bilateral em 2018 e a dissolução de tensões no relacionamento bilateral em 2019, participantes ressaltaram o momento oportuno para o aprofundamento de discussões sobre um potencial acordo de comércio Brasil-China – mencionado em recentes declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e contemplado por grupos de trabalho formados após a visita presidencial de Bolsonaro a Pequim.

Como insumo às discussões, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresentou o estudo “Avaliação dos impactos de um acordo de livre comércio do Brasil com a China”, analisando os impactos setoriais da eliminação de tarifas no comércio bilateral e seu efeito sobre variáveis como PIB e taxas de investimento. Com base em modelos de equilíbrio geral computável, a simulação projeta um cenário de referência (*baseline*) para 2030 e analisa desvios produzidos pela eliminação gradual das tarifas de importação, ao longo de um cronograma de desgravação de dez anos (cinco reduções bianuais).

Os resultados são claros em relação aos benefícios esperados para a economia brasileira: em 2030, projeta-se aumento de 0,39% no PIB, de 3,79% no investimento total, de 8,25% nas exportações e 7,73% nas importações totais, após a eliminação de tarifas. Na corrente de comércio bilateral, o crescimento das importações alcançaria 75%, enquanto as exportações brasileiras à China aumentariam em 14,9%. Deste modo, o crescimento das importações superior ao das exportações resultaria na redução do atual superávit brasileiro no comércio bilateral, que alcançou US\$ 29 bilhões em 2018.

Do ponto de vista setorial, o estudo aponta para ganhos de produção e emprego na maioria dos setores econômicos, principalmente naqueles associados à produção de *commodities*, como agropecuária, alimentos e extração mineral. Vale ressaltar que, na maioria destes setores, os ganhos de produção superam a variação no emprego, sugerindo aumento da produtividade do trabalho. Por outro lado, setores industriais intensivos em trabalho, como têxteis, calçados e vestuário, bem como eletrônicos, máquinas e equipamentos, experimentaríamos perdas expressivas em produção e emprego como consequência da eliminação de tarifas. Surpreendentemente, porém, os setores com maiores perdas de produção são aqueles que apresentariam maiores ganhos em exportação, sugerindo ganhos de competitividade.

---

de através da especialização em nichos de mercado e realocação intra-setorial de recursos.

Considerando as perdas esperadas em determinados setores, participantes ressaltaram a importância da discussão sobre medidas de ajuste ao comércio (*trade-related adjustment programs*), facilitando a transição a uma situação de maior pressão competitiva em setores sensíveis. Ainda, o cenário de eliminação completa de tarifas, projetado pelo estudo, dificilmente corresponderia à realidade de um acordo comercial bilateral, cuja negociação poderia acomodar interesses setoriais.

Apesar das limitações inerentes à metodologia da simulação – incluindo o uso de dados de 2011 – participantes ressaltaram sua relevância para sinalizar a direção das variações esperadas e subsidiar negociações, como praticado na maioria dos países. Ainda, ao considerar apenas a dimensão tarifária, o estudo subestimaria os resultados esperados de um acordo comercial de cobertura ampla, que tenderia a apresentar ganhos mais expressivos ao incorporar barreiras não-tarifárias, incluindo normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias.

Por outro lado, apesar destes resultados, participantes apresentaram cautela na compreensão do impacto de acordos comerciais sobre a diversificação da pauta exportadora brasileira e, sobretudo, sobre a ampliação do valor agregado e conteúdo tecnológico das exportações nacionais. Neste sentido, ressaltou-se a importância da agenda de reformas domésticas voltadas à redução do “custo Brasil”, em particular de seu componente tributário, como pré-condição ao incremento da produtividade da indústria brasileira. Em relação à concentração das exportações brasileiras à China em poucos produtos primários, embora a simulação aponte para razoável diversificação em direção a setores “inesperados” – como vestuário, têxteis, máquinas e equipamentos – o estudo reconhece que o acordo não alteraria o padrão de especialização atualmente observado no comércio bilateral.

Portanto, apesar dos ganhos previstos em segurança jurídica, participantes argumentaram que acordos comerciais em geral não representam condição suficiente para assegurar dinamismo econômico – como exemplificado pela profusão de acordos preferenciais (*spaghetti bowl*) observada no continente africano. Adicionalmente, os longos períodos de ratificação e desgravação tarifária característicos de acordos comerciais – como observado no caso do acordo Mercosul-União Europeia – não atenderiam às necessidades urgentes da economia brasileira.

## AS PRINCIPAIS DEMANDAS BRASILEIRAS NA ÁREA COMERCIAL COM A CHINA SÃO AUMENTAR E DIVERSIFICAR AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO, AO LADO DA APROVAÇÃO SANITÁRIA DE FRIGORÍFICOS. À LUZ DOS OBJETIVOS BRASILEIROS DE DIVERSIFICAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR, NÃO FARIA SENTIDO UMA REVISÃO DO DISCURSO EM DIREÇÃO A MOLDURA MAIS ESTRATÉGICA E DIRECIONADA A MUDANÇAS EFETIVAS DE POLÍTICAS/ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS?

---

Apesar do discurso oficial sobre a necessidade de diversificar e ampliar o valor agregado das exportações brasileiras à China, altamente concentradas em produtos primários, participantes problematizaram essa diretriz e ressaltaram a importância de comercializar de acordo com vantagens comparativas. Primeiro, questionou-se o entendimento de que produtos básicos possuam baixo valor adicionado. Segundo dados das Contas Nacionais do IBGE, em preços correntes de 2017, o valor adicionado ao minério de ferro alcança 50% do valor total de produção, correspondendo a 25% no caso da soja e a 23% no setor de petróleo e gás.

Neste sentido, argumentou-se que a concentração da pauta exportadora brasileira em commodities primárias não seria necessariamente negativa – desde que não ocasionem danos ambientais. Deste modo, apontou-se como objetivo estratégico para o Brasil, em suas relações comerciais com a China, a busca por um grau de diversificação que respeite sua estrutura de vantagens comparativas, concentrando-se em setores em que apresenta competitividade e potencial de crescimento, como no agromercado. Embora possa ser desejável a ampliação de exportações de manufaturados à China, essa não seria uma alteração determinante na pauta exportadora brasileira.

Entre os produtos com potencial para ampliação do acesso ao mercado chinês – e que já apresentam valor adicionado relevante – destacou-se o caso das carnes, que ainda enfrentam barreiras significativas à entrada na China. Para ampliar a presença do setor no mercado chinês, participantes destacaram a importância da intensificação de esforços de promoção comercial, sobretudo nas províncias Ocidentais e cidades periféricas (*Tier 2, 3 e 4*). Apesar do período de bonança observado nas exportações brasileiras de proteína animal à China, associado à epidemia de peste suína, destacou-se a suscetibilidade do setor a choques e barreiras de ordem sanitária. Portanto, seria desejável a negociação de uma moldura institucional de longo prazo para o comércio bilateral, visando garantia de regras e solução de controvérsias – tendo em vista, inclusive, incertezas a respeito do sistema multilateral de comércio.

Entretanto, participantes ressaltaram uma série de questões pendentes que obstaculizariam entendimentos de longo prazo entre Brasil e China. Primeiro, do ponto de vista do Mercosul, as relações próximas entre Paraguai e Taiwan, com fortes laços empresariais, impediriam a negociação de um eventual acordo Mercosul-China. Em se-

gundo lugar, sobressai a alta incidência de medidas de defesa comercial exercidas contra a China, alvo de 40% das medidas antidumping impostas pelo Brasil. Essa questão, por sua vez, relaciona-se à demanda chinesa pelo reconhecimento como economia de mercado, ponto em aberto desde a expiração do protocolo de acesso da China à OMC, em 2016. Ainda, segundo um participante, a reticência brasileira em aceitar o uso do renminbi em transações comerciais, demanda recorrente chinesa, também representaria obstáculo adicional à negociação de uma moldura estratégica de longo prazo.

Neste contexto, participantes recomendaram o desenvolvimento de uma estratégia de negociação em duas etapas, avançando na resolução de entraves de longo prazo em paralelo à priorização de temas estratégicos no curto prazo. Entre as prioridades para um acordo viável no curto prazo, voltado à garantia de acesso a mercados, participantes destacaram temas como cooperação regulatória, facilitação de comércio e investimentos – considerando, inclusive, os riscos associados às negociações entre China e EUA, concorrente brasileiro em diversos produtos. Como espaço institucional ideal para diálogos neste sentido, destacou-se o papel estratégico da COSBAN e seus grupos de trabalho – inclusive como espaço para identificação de eventuais barreiras comerciais indesejáveis.

## QUAIS FORAM OS IMPACTOS DOS ACORDOS COMERCIAIS E DE INVESTIMENTOS QUE A CHINA JÁ FEZ COM OUTROS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO? QUE LIÇÕES O BRASIL PODE TIRAR DESSAS EXPERIÊNCIAS?

---

Considerando a rede de acordos comerciais negociada pela China, sobretudo no seu entorno regional, participantes destacaram a importância de um acordo comercial bilateral como instrumento para nivelar condições de acesso ao mercado chinês para exportadores brasileiros. Segundo estudo do IPEA produzido em 2014, na ocasião da VI Cúpula dos BRICS, as preferências concedidas a vizinhos pela China de fato prejudicam condições de acesso de produtos manufaturados brasileiros ao mercado chinês.

Embora a China claramente priorize vizinhos asiáticos em suas negociações comerciais – inclusive por razões geopolíticas –, sua rede de acordos também alcança a América Latina, com acordos em vigor com Peru, Chile e Costa Rica. Uma característica central da estratégia de negociações comerciais chinesa, observada nos 16 acordos já firmados, consiste na flexibilidade e adaptabilidade a cada parceiro comercial. Neste sentido, os acordos negociados pela China apresentam grande variação na sua cobertura temática, com alguns acordos abrangendo o setor de serviços, investimentos e, mais recentemente, introduzindo listas negativas. Concluído em 2015, o acordo China-Coreia foi apontado como ponto de maturidade nessa estratégia, em que a China teria consolidado um modelo geral a ser adaptado caso-a-caso – abrangendo todo o espectro temático de acordos de última geração, incluindo provisões sobre propriedade intelectual e política de concorrência.

“Uma característica central da estratégia de negociações comerciais chinesa, observada nos 16 acordos já firmados, consiste na flexibilidade e adaptabilidade a cada parceiro comercial.

Apesar da flexibilidade e variação no desenho dos acordos comerciais chineses, observa-se um objetivo transversal comum a todos: assegurar transparência nos ambientes de negócios para reduzir custos de transação em cada etapa das cadeias de valor. Considerando o modelo de produção chinês altamente fragmentado – com encadeamentos produtivos principalmente no entorno asiático – os acordos comerciais chineses buscariam conferir transparência e remover incentivos a comportamentos oportunistas nas cadeias de valor, de acordo com as características de cada relacionamento bilateral.

Segundo os participantes, o aspecto *tailor-made* dos acordos chineses pode oferecer uma importante oportunidade para o Brasil, desde que apresente interesses claramente definidos para negociações bilaterais. Neste sentido, participantes recomendaram a análise da estrutura do *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), como referência relevante para o desenho de um eventual acordo bilateral.

“Segundo os participantes, o aspecto *taylor-made* dos acordos chineses pode oferecer uma importante oportunidade para o Brasil, desde que apresente interesses claramente definidos para negociações bilaterais.”

## BIOGRAFIAS

---



### **Tatiana Rosito**

*Senior Fellow* do CEBRI e Coordenadora do Grupo de Análise sobre China. É diplomata e economista, tendo trabalhado mais de dez anos na Ásia, onde serviu nas Embaixadas do Brasil em Pequim e Cingapura. Foi Representante Chefe da Petrobras na China e Gerente Geral de Desenvolvimento de Negócios na Ásia entre 2017 e 2019. Anteriormente, foi Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (CAMEX) e Assessora Especial dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, entre outras funções no serviço público. Possui mestrado em Desenvolvimento Internacional pela Harvard Kennedy School e MBA Executivo pelo INSEAD e pela Tsinghua University.

---



### **Embaixador José Alfredo Graça Lima**

Serviu na Missão Permanente do Brasil em Genebra, tendo sido delegado na Rodada de Negociações Comerciais Multilaterais de Tóquio. Foi o representante permanente do Brasil no GATT e vice-chefe de negociações comerciais na Rodada Uruguai. No Ministério de Relações Exteriores, ocupou os cargos de Diretor Geral do Departamento Econômico e Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, o posto de gabinete mais alto para negociações comerciais. Chefiou também a Missão Brasileira junto à União Europeia, e operou como cônsul-geral em Nova Iorque e Los Angeles, inspetor chefe de relações internacionais, e subsecretário-geral para a Ásia e o Pacífico, tendo atuado como o emissário brasileiro para os BRICS. É Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

---



### **Ivan Tiago Machado de Oliveira**

Diretor de Estudos, Relações Econômicas e Política Internacional do IPEA. Doutor e mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Estudos Contemporâneos da América Latina pela Universidad Complutense de Madrid. Graduado em Economia pela UFBA. Foi pesquisador visitante na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) em 2010. É autor do livro "A política comercial externa brasileira: uma análise de seus determinantes", publicado em 2013 pela Editora Saraiva (São Paulo, Brasil). Além disso, organizou três livros publicados pelo Ipea: i) "Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais" (Brasília: Ipea, 2014); ii) "Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio do século XXI: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia" (Brasília: Ipea, 2013); iii) "Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul" (Brasília: Ipea, 2012). É autor de dezenas de artigos publicados em periódicos e de capítulos de livro sobre: Economia Internacional; Comércio Internacional; Política Comercial; Integração Econômica; Governança Global; Desenvolvimento Econômico.

---



### **Renato Coelho Baumann das Neves**

Subsecretário de Investimentos Estrangeiros na Secretaria-Executiva (CAMEX) do Ministério da Economia. Foi diretor do Escritório da Cepal no Brasil entre abril de 1995 e novembro de 2010. Atualmente é professor de tempo parcial da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Relações do Comércio; Política Comercial e Integração Econômica. Venceu os prêmios BNDES de melhor dissertação de mestrado (Os Ciclos na Indústria de Transformação: Um Estudo da Utilização da Capacidade - Brasil 1955-1975) e Haralambos Simeonidis/Anpec de melhor tese de doutorado (Industrial Exporting and Growth in Brazil). Escreveu mais de dez livros, sendo dois livros-textos. Possui graduação em Economia pela Universidade de Brasília (1972), mestrado em Economia pela Universidade de Brasília e doutorado em Economia - University of Oxford (Reino Unido).

---



### **Sandra Polónia Rios**

Diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) e sócia da Ecostrat Consultores. Especialista em temas relacionados a negociações comerciais internacionais e a política de comércio exterior. Sandra é professora de Política Comercial no Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e consultora da Confederação Nacional da Indústria. Foi coordenadora da Unidade de Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA (Rio de Janeiro). Sandra Rios é economista, com mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

---



### **José Tavares de Araujo Jr,**

Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes) e sócio da empresa Ecostrat Consultores. É doutor em economia pela Universidade de Londres, professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-Secretário Executivo da Comissão de Política Aduaneira - CPA (1985-88) e da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX (1995), e ex-Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (2003-04); é autor diversos trabalhos publicados em cerca de dez países, nas áreas de comércio internacional, política de concorrência e organização industrial. Como consultor independente, prestou serviços a diversos organismos internacionais, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização dos Estados Americanos (OEA), Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Associação Latino Americana de Integração (ALADI) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

# ANEXOS

---

## Roteiro Temático

Desde meados dos anos 90 até recentemente, a política comercial brasileira contribuiu para reforçar o padrão de uma economia relativamente fechada em termos de comércio exterior e com baixo crescimento da produtividade. O arcabouço econômico e regulatório erigido no contexto do Mercosul – moldado em grande parte à imagem e semelhança dos desígnios brasileiros – introduziu alguma racionalidade e vários avanços no tratamento de questões comerciais mas, depois de vinte e cinco anos, não garantiu o “regionalismo aberto” almejado na sua origem. A Tarifa Externa Comum não é um balizador de decisões empresariais consoantes com os objetivos maiores de modernização da economia, ampliação dos investimentos e aumento da produtividade. Ademais, as inúmeras exceções e mudanças temporárias que lhe são aplicáveis acabam por tomar a maior parte do tempo e energia dos negociadores e formuladores de políticas comerciais, que pouco conseguem dedicar-se às mudanças estruturais necessárias, embora muitas dessas fragilidades já tenham sido identificadas pelos parceiros e abordadas com êxitos imperfeitos em planos de “revitalização” ou “reforma” de maior ou menor abrangência e profundidade. Ainda que nos últimos anos se tenha logrado expandir a moldura de acordos comerciais na América do Sul ao abrigo dos mecanismos da ALADI e lograr avanços com parceiros da região em áreas novas, como compras governamentais, serviços e investimentos, o fato é que o Brasil não possui acordos comerciais em vigor com a maior parte dos seus principais parceiros ou com os mercados mais dinâmicos do mundo<sup>1</sup>.

A conclusão, em 2019, das negociações técnicas do texto do acordo Mercosul-União Europeia e Mercosul-EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça) oferece, por outro lado, exemplo concreto em direção a uma abertura há muito esperada. Há ainda outros esforços em curso, com Canadá, Coreia do Sul e Cingapura, que estariam prestes a ser concluídos, além de um mais recente com o Líbano. Na última cúpula do Mercosul, concluiu-se também um acordo de facilitação de comércio entre os países do Mercosul, entre outros instrumentos. Ainda, segundo pronunciamentos recentes de autoridades do Ministério da Economia na área de comércio exterior, em 2020 devem ser lançadas negociações de acordos comerciais com os Estados Unidos, Japão, México e Vietnã. O Brasil tem, portanto, uma agenda comercial ambiciosa adiante, embora não esteja claro como as mudanças políticas nos governos da região e as próprias incertezas globais e do comércio multilateral podem comprometer a velocidade e o formato dessa agenda.

---

<sup>1</sup> De 1995 a 2018, além dos quase vinte acordos de complementação econômica ao abrigo da ALADI, o Mercosul apenas assinou acordos comerciais com Egito (ALC), Índia (ACP), Israel (ALC), Palestina (ALC) e SACU (ACP).

De todos os parceiros comerciais brasileiros, a China desponta como um desafio singular, tanto pelas oportunidades inexploradas que oferece, quanto pelos riscos de competição acirrada no mercado nacional ou em terceiros mercados. Assim, os custos e benefícios da negociação de um acordo comercial com a China – seja ele um acordo mais amplo de livre-comércio ou acordo de preferências, ou ainda acordos específicos nas áreas de facilitação de comércio, regulatórias, etc. - é um tema considerado sensível e pouco discutido. Na área de investimentos, o interesse brasileiro em um acordo é maior, mas o tema não tem prosperado nos últimos anos. Diante da tendência de abertura da política comercial brasileira, vale retomar o tema e perguntar-se que moldura se poderia aplicar à China em termos de comércio e investimentos.

Recorde-se que a China é, desde 2009, o maior parceiro comercial brasileiro, tendo também se tornado a maior origem de importações. Em 2018, o comércio bilateral chegou a USD 99 bilhões, as exportações brasileiras a USD 64,2 bilhões e o superávit comercial a USD 29,5 bilhões, todos recordes históricos.

Por mais ambiciosa que ainda possa parecer a possibilidade de negociação de um acordo comercial com a China, vale refletir se o tratamento atual da questão é o que oferece os melhores benefícios para o país no médio e longo prazos e, caso necessário, buscar um *aggiornamento* por meio dos mecanismos existentes ou de novos mecanismos. Ora, embora a China seja o principal parceiro comercial do Brasil há dez anos, absorvendo mais de 25% das nossas exportações e propiciando superávits vultosos ao Brasil no comércio bilateral, sem contar os efeitos indiretos da redução dos preços de muitos produtos no mercado global ao longo das últimas duas décadas, um olhar atento às relações comerciais entre o Brasil e a China segue patenteadando a perene preocupação brasileira, expressada no mais alto nível, com a concentração excessiva da pauta em três produtos (soja, petróleo e minério de ferro) e a dificuldade em ampliar as exportações de produtos agrícolas e manufaturados de maior valor agregado. Ainda que as exportações brasileiras tenham-se beneficiado enormemente do crescimento chinês, a evolução do padrão de comércio realçou as condições de assimetria em relação à diversificação e sofisticação dos produtos. E, como veremos adiante, tudo indica que movimentos de maior liberalização, embora positivos para o Brasil, tendem a reforçar esse padrão, ainda que com alguma diversificação.

A questão talvez não seja o que fazer com os 80% da pauta representados pelo três principais produtos, que provavelmente seguirão tendo uma demanda forte assegurada, ainda que sujeita à variações relativas ao ritmo de crescimento da economia chinesa ou a mudanças estruturais e tecnológicas, mas que moldura comercial e políticas específicas poderiam apoiar um crescimento dos demais 20% e daqueles produtos que ainda nem conseguem entrar naquele que é o maior e mais dinâmico mercado do mundo? Além disso, a redução das tarifas de importação brasileiras poderia propiciar ganhos positivos mediante a redução de custos de bens importados. O tratamento atual tem sido ineficaz em produzir resultados satisfatórios na agregação de valor da pauta, em grande

medida devido a entraves do próprio lado brasileiro, tanto de competitividade quanto regulatórios, mas também devido a barreiras chinesas. Se é certo que houve grande aumento nas exportações de carnes do Brasil para a China nos últimos três anos, também é verdade que eles decorrem sobretudo da capacidade brasileira de reagir a choques de oferta, e estão longe de assegurar automaticamente crescimento estável e previsível do mercado chinês para os produtores brasileiros. O caso de soja é também semelhante e claramente sujeito à volatilidade causada pela guerra comercial com os EUA.

Isso é ainda mais importante no momento atual, por pelo menos três razões: 1) há um nítido movimento de concentração dos fluxos de comércio e investimento regionais na Ásia, que tende a intensificar-se com os novos acordos, como a RCEP (*Regional Comprehensive Economic Partnership*); 2) o aumento de renda previsto para as populações da China e da Índia nas próximas décadas aumentará muito o potencial para absorção de produtos brasileiros, sobretudo agrícolas, que são os principais objetos de medidas de proteção e que, talvez à exceção da soja, possuem importantes competidores na região da Ásia Pacífico, que já estabeleceram ALC com a China (ASEAN, Nova Zelândia, Austrália)<sup>2</sup>; e 3) também está em curso um potencial “decoupling” global em termos de padrões técnicos e tecnológicos e não interessa ao Brasil ter de tomar medidas excludentes ou não participar da conformação desses novos padrões.

Assim, seja tática ou estrategicamente, interessa ao Brasil buscar aprofundar a reflexão sobre suas políticas na área comercial com a China. Esse movimento pode se dar em diversas frentes, combinando ações bilaterais, no seio do Mercosul e outras no BRICS, para além das questões tratadas no âmbito da OMC.

Em relatório apresentado ao público recentemente, o IPEA realizou **Avaliação dos impactos sobre a economia brasileira de acordo de livre-comércio do Brasil com a China** (ver referência nas sugestões de leitura). As simulações foram realizadas para o período 2020-2030, com base num modelo de equilíbrio geral computável (ECG) e consideraram um cronograma de redução bilateral das tarifas ao longo de dez anos, com reduções a cada dois anos, até chegar a zero. De forma agregada, os principais impactos macroeconômicos seriam:

1. *“O PIB apresentaria ganhos gradativos a cada ano em relação ao seu desempenho no cenário baseline, com ganho acumulado de 0,39% nos últimos anos do período de análise.*
2. *O investimento cresceria 0,92% já no primeiro ano do acordo, havendo novos episódios de aumento do investimento em cada um dos anos em que houvesse uma nova rodada de desgravação. No final do período de análise, o ganho acumulado seria de 3,79%.*
3. *As exportações também teriam ganhos contínuos ao longo do período analisado, acumulando alta de 8,25% em 2030.*

<sup>2</sup> A China possui acordos de livre-comércio assinados e implementados com 16 países ou territórios aduaneiros: Hong Kong, Macau, Taiwan, Cingapura, Paquistão, Chile, Peru, Costa Rica, Nova Zelândia, Austrália, ASEAN, Islândia, Suíça, Geórgia, Ilhas Maurício e Maldivas. Além disso, outros oito encontram-se em negociação. Clique aqui para ver.

4. As importações teriam comportamento semelhante ao do investimento, crescendo já no primeiro ano (1,30%) e registrando novas altas nos anos em que houvesse rodadas de desgravação. Em 2030, o aumento acumulado seria de 7,73%.

5. Registrar-se-ia queda do saldo comercial, com variações mais expressivas nos anos em que há desgravação (acompanhando o movimento das importações). A piora do saldo alcançaria o máximo de US\$ -15,97 bilhões em 2028. Em 2030, a queda acumulada se reduziria sensivelmente, para US\$ 12,19 bilhões, uma vez que as exportações continuariam crescendo e as importações desacelerariam. Vale lembrar que o Brasil tem grande superávit com a China atualmente.

6. O deflator do PIB teria queda contínua em relação à sua trajetória no cenário baseline, acumulando redução de 1,76% em 2030.”

Vale destacar, ainda, alguns impactos sobre o comércio bilateral Brasil-China:

- “O livre comércio entre o Brasil e a China geraria um grande crescimento dos fluxos bilaterais de comércio, mas o crescimento seria bem mais elevado nas importações brasileiras de produtos chineses do que nas exportações brasileiras para o parceiro. Em 2030, as exportações teriam acumulado um aumento de 14,9% em relação ao baseline; já as importações cresceriam quase 75%. Naturalmente, haveria redução do atual superávit que o Brasil detém com a China, que em 2018 foi de US\$ 6,5 bilhões.

- A assimetria de resultados não surpreende, sendo consequência: i) do fato de que a tarifa média atualmente aplicada pelo Brasil é de 11,6%, ao passo que a China aplica uma tarifa média bem menor, de apenas 6,7%; e ii) da reconhecida força e competitividade da manufatura chinesa, de forma que uma eliminação das tarifas brasileiras para aquele país iria provocar uma intensa substituição de bens que hoje são importados de outras origens por bens chineses.

- A distribuição setorial dos ganhos de exportação do Brasil para a China (gráfico 13) evidencia um perfil bem diversificado. O maior ganho seria do setor de Alimentos (319,4%), mas também ganhariam algumas indústrias intensivas em trabalho – especialmente Vestuário e acessórios e Têxteis –, assim como Produtos de metal, Máquinas e equipamentos e Produtos minerais. É importante destacar que todos os setores teriam aumento de exportação.

- Quanto ao crescimento das importações (gráfico 14), as maiores taxas de crescimento ocorreriam tanto em indústrias capital-intensivas, como Veículos e peças, Outros equipamentos de transporte, Produtos de metal e Máquinas e equipamentos, como em indústrias intensivas em trabalho, como Vestuário e acessórios, Calçados e couro e Têxteis. Haveria queda de importações apenas em Serviços e em Petróleo e gás.

- O maior diferencial em favor das exportações brasileiras se daria no setor de Alimentos, sendo muito significativo também em Vestuário e acessórios e Têxteis. Em contrapartida, as importações provenientes da China cresceriam bem mais do que as exportações nos setores de Veículos e peças, Outros equipamentos de transporte, Produtos de madeira, Metais não ferrosos

*e Celulose e papel, entre outros.*

*- Na verdade, em vista da atual pauta de comércio bilateral entre Brasil e China, a abertura comercial bilateral promoveria uma considerável diversificação, pois haveria grande crescimento não apenas nos setores que hoje são importantes, mas também em setores que possuem, atualmente, pouca representatividade tanto nas exportações brasileiras – a exemplo de Vestuário, Têxteis e Máquinas e equipamentos – quanto nas importações, neste caso, principalmente nos setores de Veículos e peças e de Outros equipamentos de transporte.”*

Em conclusão, apontou o estudo:

*“Um acordo de livre comércio entre Brasil e China geraria resultados inequivocamente positivos para a economia brasileira, com ganhos de PIB, investimento, exportações e importações. O saldo comercial seria um pouco pior, mas haveria uma redução significativa do nível de preços agregado e um aumento do grau de abertura da economia, medido pelo nível das exportações e das importações em relação ao PIB.*

*Em termos setoriais, haveria ganhos de produção, emprego, exportação e importação na maioria dos setores, mas com um nítido aprofundamento do atual padrão de especialização, qual seja, aumento de produção brasileira em setores produtores de commodities agrícolas e minerais e em alguns setores industriais mais competitivos, como Outros equipamentos de transporte; e queda de produção em setores intensivos em trabalho e também nos produtores de máquinas e equipamentos e de produtos elétricos e eletrônicos, nos quais a China possui nítidas vantagens competitivas em nível mundial.*

*Estes resultados significam que haveria uma razoável diversificação na pauta de comércio bilateral, mas não implicariam uma mudança em relação ao padrão de especialização que se observa hoje. A análise da variação dos saldos comerciais por setores evidencia que os setores que sofreriam as maiores quedas de saldos comerciais (ou o maior aumento do déficit) são aqueles nos quais já se registram saldos importantes em favor da China: Máquinas e equipamentos, Vestuário e acessórios, Elétricos e eletrônicos, Têxteis, Calçados e couro e Produtos de metal. Por seu turno, os setores com maiores ganhos de saldo comercial seriam produtores de commodities, como Alimentos, Agropecuária e Extração mineral.*

*De qualquer forma, o fato de que a abertura com a China promoveria grandes ganhos de exportação mesmo em setores “inesperados” é um resultado de grande relevância, evidenciando os ganhos de eficiência que esta abertura poderia trazer, bem como o aumento do grau de abertura da economia, seja em termos agregados, seja na grande maioria dos setores produtivos. Entretanto, as perdas de produção e emprego em alguns setores suscitam a necessidade de um devido debate acerca de possíveis medidas que atenuem o impacto negativo sobre os trabalhadores e sobre as regiões onde se concentram tais atividades.”*

Na área de investimentos, o Brasil possui uma moldura bastante aberta, que tende a

se consolidar com uma futura adesão à OCDE. Por outro lado, muitos outros países membros da OCDE mantêm mecanismos de screening de investimentos em área sensíveis (Austrália, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha), que não são utilizados pelo Brasil. A negociação de um instrumento formal na área de investimentos poderia oferecer moldura para ampliar a efetividade no Brasil dos recursos e mecanismos já existentes, sejam bilaterais ou criados pela China, a exemplo dos diversos fundos (CLAI, CLAC, Silk Road Fund, etc.). Por outro lado, a China também poderia se familiarizar a fazer uso, em alguns casos, dos mecanismos tradicionais de financiamento via COFIEX, embora eles sejam limitados pela capacidade de endividamento dos entes federais. A elevação do nível das negociações nessa área poderia objetivar estabelecer mecanismos que, ao mesmo tempo em que respeitem o mercado, possam ajudar a canalizar o enorme volume de recursos existentes do lado chinês, sobretudo na área de infraestrutura, de forma a atender os interesses do Brasil.

## Sugestões de Leitura

Arbache, J. e Bessa Maia, J.N. O Futuro da China e as Oportunidades para o Brasil. CEBC, setembro de 2019. *(clique para acessar)*

CEBRI, 2019. Brasil-China: O estado da relação, belt and road e lições para o futuro. Por Marcos Caramuru de Paiva, Clarissa Lins e Guilherme Ferreira. *(clique para acessar)*

CEBRI, 2018. Position Paper: Por uma nova abertura da economia brasileira. Por José Alfredo Graça Lima, Pedro da Motta Veiga e Sandra Rios. *(clique para acessar)*

CEBC. Carta Brasil-China. Edição 24. Org.: Tulio Carriello. Dezembro de 2019. *(clique para acessar)*

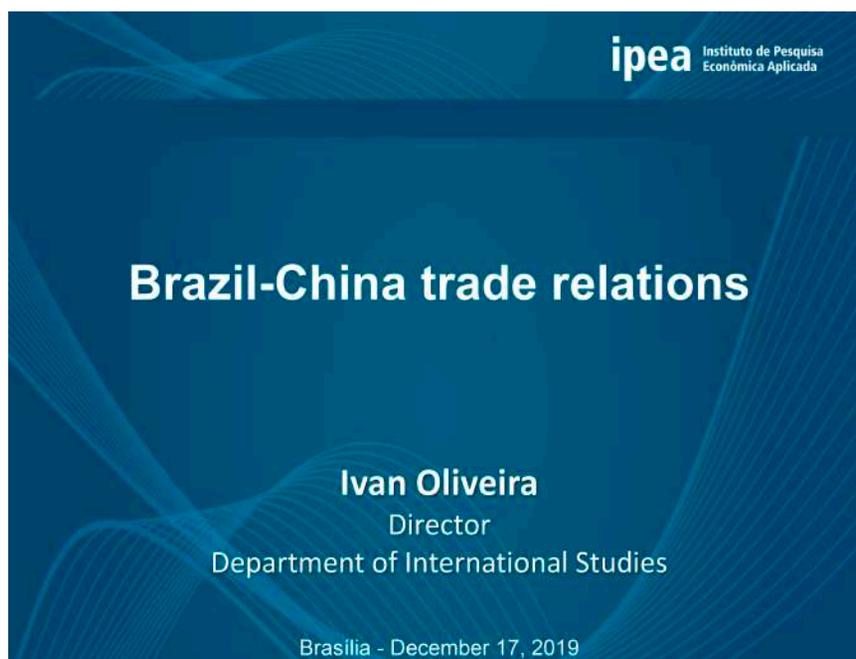
Graça Lima, J. A. e Torres, G. Acordo MERCOSUL- União Europeia. CEBRI Artigo, 2019. *(clique para acessar)*

HIRATUKA, C. Chinese OFDI in Brazil. In: Enrique Dussel Peters. (Org.). CHINA'S FOREIGN DIRECT INVESTMENT IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. CONDITIONS AND CHALLENGES. 1ed.Cidade do México: Universidade Autonoma de México, 2019, v. 1, p. 167-188.

HIRATUKA, C. Impacts of China on the quantity and quality of jobs generated in Brazil between 2000 and 2017. In: José Manuel Salazar-Xirinachs, Enrique Dussel Peters e Ariel C. Armony. (Org.). Efectos de China en la cantidad y calidad del empleo en América Latina: México, Perú, Chile y Brasil. 1ed.Lima: OIT/ Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2018, 2018, v. 1, p. 153-174.

IPEA, 2019. Avaliação dos impactos sobre a economia brasileira de um acordo de livre-comércio com a China. Coordenação: Ivan Machado Tiago Oliveira e Fernando Ribeiro. *(clique para acessar)*

Apresentação:  
Ivan Tiago Machado de Oliveira



The slide features a dark blue background with abstract white and light blue wave patterns. In the top right corner, the logo for 'ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada' is displayed. The main title 'Brazil-China trade relations' is centered in a large, bold, white font. Below the title, the presenter's name 'Ivan Oliveira' is shown in a smaller white font, followed by his title 'Director' and affiliation 'Department of International Studies'. At the bottom, the date and location 'Brasília - December 17, 2019' are listed.

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

# Brazil-China trade relations

Ivan Oliveira  
Director  
Department of International Studies

Brasília - December 17, 2019



This slide has a dark blue background with the same abstract wave patterns as the title slide. The word 'Summary' is centered in a large, bold, white font. The 'ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada' logo is positioned in the top right corner.

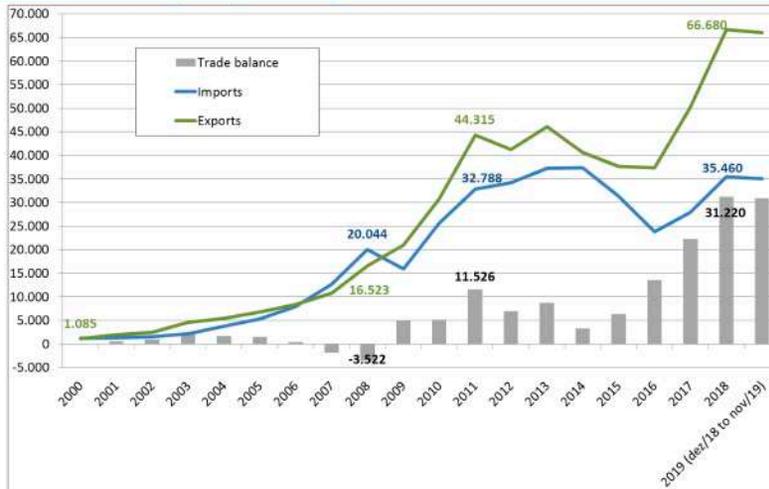
**Summary**

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

1. Brazil-China bilateral trade
2. Impacts of a free trade agreement between Brazil and China: results from a general equilibrium model simulation
3. Issues for debate

## Brazil-China bilateral trade Exports, imports and trade balance (US\$ million)

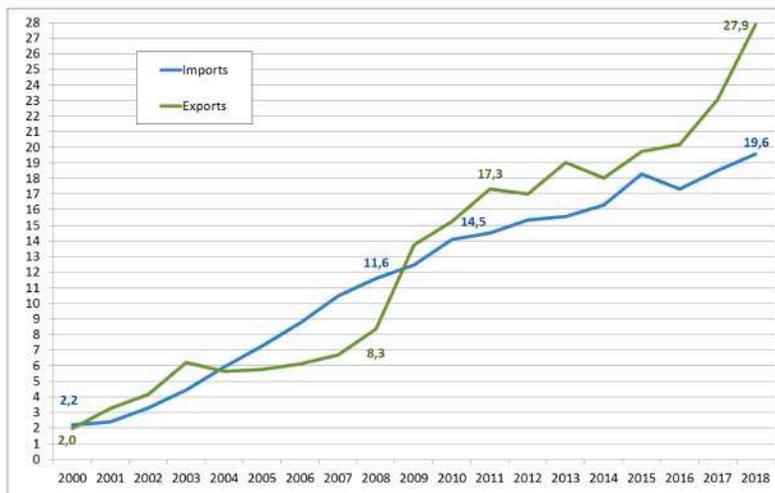
**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada



Source: Secex/MDIC.

## Brazil-China bilateral trade Share (%) of China on brazilian trade

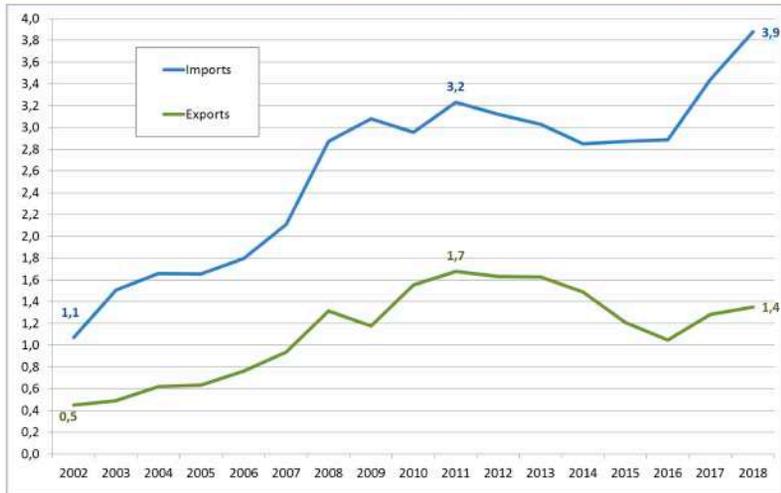
**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada



Source: Secex/MDIC.

## Brazil-China bilateral trade Share (%) of Brazil on chinese trade

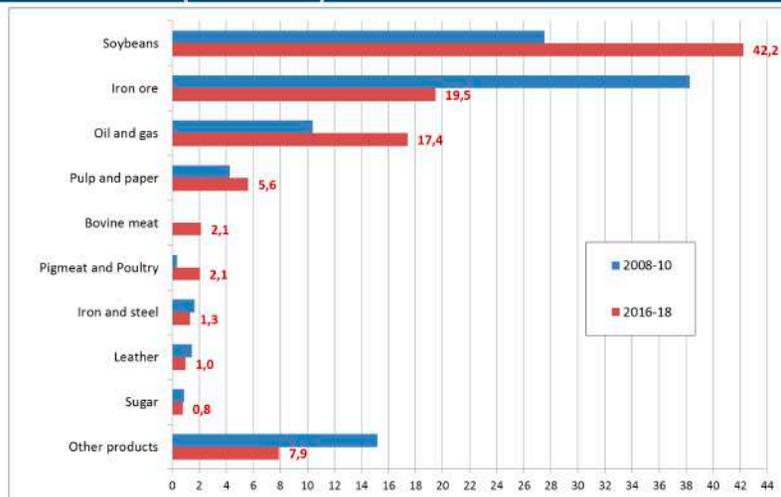
**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada



Source: WITS/Comtrade.

## Brazil-China bilateral trade Main brazilian export products (% share)

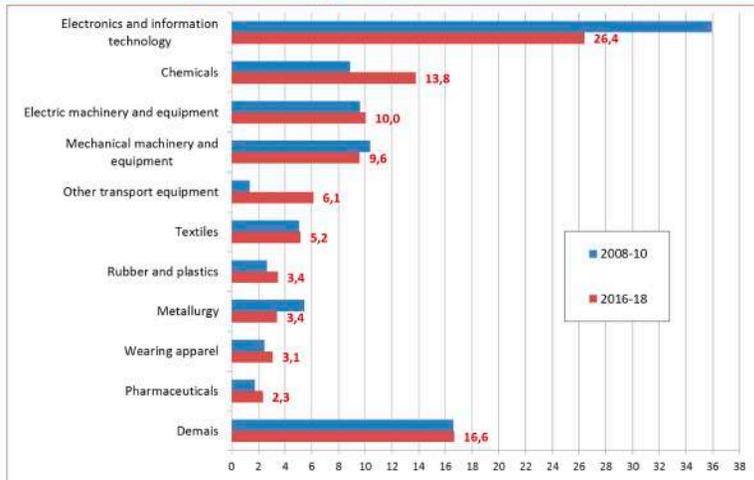
**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada



Source: Secex/MDIC.

## Brazil-China bilateral trade Main chinese export products (% share)

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada



Source: Secex/MDIC.

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

## Impacts of a free trade agreement between Brazil and China

## Impacts of a free trade agreement between Brazil and China

**ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

- General equilibrium modelo using GTAP version 9
- Bilateral tariffs reduced to zero in 5 rounds: 2020, 2022, 2024, 2026 and 2026
- Simulation through 2030.
- Effects on macroeconomic and sectoral variables.
- Effects on bilateral trade.

## Impacts of a free trade agreement between Brazil and China

**ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Effects on macroeconomic variables -  
accumulated effects until 2030

Variables	Brasil	China
GDP	0,39	0,07
Investment	3,79	0,30
Exports	8,25	0,24
Imports	7,73	0,73
Trade balance (US\$ million)	-12.185,5	-2.081,6
Exports to the partner	14,86	74,72
Imports from the partner	74,72	14,86
Trade balance with the partner (US\$ million)	-8.414,0	8.414,0
Welfare gains (US\$ million)	53.703,0	1.116.294,5

## Impacts of a free trade agreement between Brazil and China

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

### Effects on sectoral variables in Brazil – accumulated until 2030

Sectors	Output	Employment	Exports	Imports
Processed food	3,1	2,8	26,7	2,6
Agriculture and Forestry	2,9	3,1	8,6	2,5
Transport equipment	2,3	2,1	24,8	7,5
Minerals extraction	2,2	2,3	2,6	-0,2
Non-ferrous metals	1,6	1,0	12,2	-1,0
Motor vehicles	1,5	1,2	7,4	5,3
Pulp and paper	0,9	0,4	9,0	1,7
Chemicals	0,9	0,4	11,5	0,6
Services	0,6	0,2	4,9	-2,3
Oil derivatives	0,4	-0,2	0,8	0,3
Beverages	0,4	0,0	2,9	-1,2
Oil and gas extraction	0,4	0,9	0,1	0,4
Ferrous metals	-0,4	-1,0	9,6	7,0
Mineral products	-0,6	-1,0	7,9	14,5
Electronics	-1,8	-2,1	20,5	13,0
Metal products	-1,9	-2,3	12,8	24,0
Wood products	-2,0	-2,4	10,3	28,0
Other manufactures	-2,4	-2,8	29,3	48,0
Machinery and equipment	-4,7	-5,0	18,0	13,3
Wearing apparel	-8,6	-8,6	47,1	108,0
Leather	-13,3	-13,4	31,8	85,1
Textiles	-15,8	-16,1	30,0	38,6

## Impacts of a free trade agreement between Brazil and China

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

### Effects on sectoral variables in China - accumulated until 2030

Sectors	Output	Employment	Exports	Imports
Leather	0,6	0,6	1,1	2,3
Textiles	0,6	0,5	1,1	1,2
Motor vehicles	0,5	0,5	4,4	0,9
Wearing apparel	0,4	0,4	0,7	1,0
Machinery and equipment	0,2	0,1	0,7	1,0
Metal products	0,1	0,1	0,6	0,9
Ferrous metals	0,1	0,1	0,0	0,7
Services	0,1	0,0	-0,9	0,6
Mineral products	0,1	0,0	0,1	0,8
Transport equipment	0,1	0,0	0,0	1,4
Beverages	0,1	0,0	-0,4	0,3
Oil derivatives	0,0	0,0	-0,2	0,2
Non-ferrous metals	0,0	-0,1	-0,4	0,8
Other manufactures	0,0	-0,1	-0,3	1,1
Chemicals	0,0	-0,1	0,2	0,7
Pulp and paper	-0,1	-0,1	-0,5	0,9
Minerals extraction	-0,1	-0,1	-0,5	0,3
Oil and gas extraction	-0,1	-0,2	-0,7	0,2
Agriculture and Forestry	-0,2	-0,2	-0,2	1,6
Wood products	-0,2	-0,2	-0,5	0,6
Processed food	-0,3	-0,4	-0,1	6,4
Electronics	-0,3	-0,4	-0,3	0,6

## Impacts of a free trade agreement between Brazil and China

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

### Effects on brazilian trade with China - accumulated until 2030

Sectors	Exports	Imports
Processed food	319,4	57,0
Wearing apparel	288,1	160,2
Textiles	199,0	92,0
Other manufactures	184,1	78,1
Metal products	110,0	98,1
Machinery and equipment	108,6	84,0
Mineral products	94,8	52,9
Leather	82,5	126,3
Chemicals	61,4	52,8
Motor vehicles	59,0	189,2
Transport equipment	56,8	150,2
Beverages	38,0	49,2
Electronics	25,6	36,9
Oil derivatives	24,7	1,5
Ferrous metals	18,6	59,2
Non-ferrous metals	16,4	80,9
Agriculture and Forestry	16,0	57,5
Wood products	14,3	84,6
Pulp and paper	10,7	67,3
Services	6,2	-3,3
Minerals extraction	2,7	8,9
Oil and gas extraction	0,3	-0,3

## Impacts of a free trade agreement between Brazil and China

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

### Effects on chinese trade with Brazil - accumulated until 2030

Sectors	Exports	Imports
Motor vehicles	189,2	59,0
Wearing apparel	160,2	288,1
Transport equipment	150,2	56,8
Leather	126,3	82,5
Metal products	98,1	110,0
Textiles	92,0	199,0
Wood products	84,6	14,3
Machinery and equipment	84,0	108,6
Non-ferrous metals	80,9	16,4
Other manufactures	78,1	184,1
Pulp and paper	67,3	10,7
Ferrous metals	59,2	18,6
Agriculture and Forestry	57,5	16,0
Processed food	57,0	319,4
Mineral products	52,9	94,8
Chemicals	52,8	61,4
Beverages	49,2	38,0
Electronics	36,9	25,6
Minerals extraction	8,9	2,7
Oil derivatives	1,5	24,7
Oil and gas extraction	-0,3	0,3
Services	-3,3	6,2

- How to enhance productive integration?
  - Diversifying brazilian exports to China.
  - Facilitating trade and direct investment flows.
- How to advance in free trade discussions?
  - What kind of agreement can be reached in short-medium term?
- How Brazil and China could cooperate to reinforce the multilateral trading system?

**Thanks!**  
**Obrigado!**  
**谢谢!**

*ivan.oliveira@ipea.gov.br*

## Participantes da XVI Reunião

### Rio de Janeiro

André Lobato	<i>Fiocruz</i>
Aspásia Camargo	<i>ITV</i>
Bruno Epiro Gruenbaum	<i>Consulado do Japão no Rio de Janeiro</i>
Claudia Chamas	<i>Fundação Oswaldo Cruz</i>
Eduardo Prisco Paraiso Ramos	<i>ERERIO</i>
Erasto Almeida	<i>Vale</i>
Fernanda Guardado	<i>Bocom BBM   CEBRI</i>
Fernando Cariola Travassos	<i>ACRJ</i>
Fernando José	<i>IPEA</i>
Gabriela Gonzales Ribeiro Alves	<i>Petrobras</i>
Gerlane Andrade	<i>IPEA</i>
Guilherme Lopes da Cunha	<i>Escola Superior de Guerra</i>
Janaina Camara da Silveira	<i>Radar China - Xinhua</i>
José Alfredo Graça Lima	<i>CEBRI</i>
Jose Augusto Fernandes	<i>CINDES</i>
José Francisco Gouvea Vieira	<i>Gouvea Vieira Advogados</i>
José Tavares de Araujo	<i>CINDES</i>
Marcelo Tadeu Domingues de Oliveira	<i>Escola Superior de Guerra</i>
Marco Aurélio Mendonça	<i>IPEA</i>
Marcos Azambuja	<i>CEBRI</i>
Mauricio Santoro	<i>UERJ</i>
Mauro Viegas Neto	<i>Concremat</i>
Paulo Ferracioli	<i>Fundação Getúlio Vargas</i>
Sandra Polónia Rios	<i>CINDES</i>
Tathiany Barros Bonavita de Almeida	<i>Escola Superior de Guerra</i>

Tatiana Rosito	CEBRI
Thiago Moraes	Petrobras
Tulio Cariello	CEBC
Ana Karina Wildt	CEBRI
Ana Luiza Bentim	CEBRI
Cintia Hoskinson	CEBRI
Daniela Naccache	CEBRI
Gabriel Torres	CEBRI
Gabriella Cavalcanti	CEBRI
Gustavo Berlie	CEBRI
João Gabriel Caetano Leite	CEBRI
Lara Chaves de Melo	CEBRI
Luciana Gama Muniz	CEBRI

## São Paulo

Jaqueline Arruda	BRF
------------------	-----

## Brasília

Antonio Francisco	SEAS/SEGOV/PR
Cibele Frandulic Shimono	Apex-Brasil
Cintia Arruda	CAMEME
Irani Braga Ramos	MDR
Ivan Tiago Machado Oliveira	IPEA
Luzeni Rego Souza Pinto Luzeni Rego	Ministério da Economia
Patricia Seroa	Embaixada da Áustria
Renato Baumann	Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Robson Gonçalves	Senado
Silvana Neves	IPEA



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Alfredo Graça Lima

Jorge Marques de Toledo Camargo

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Luiz Fernando Furlan

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Conselho Curador

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Claudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Edmar Bacha

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Ilona Szabó

Joaquim Falcão

José Aldo Rebelo

José Luiz Alquéres

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Marcos Galvão

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Paulo Hartung

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Jaguaribe

Ronaldo Veirano

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Conselho Internacional

Albert Fishlow

Alfredo Valladão

Andrew Hurrell

Felix Peña

Flávio Damico

Julia Sweig

Kenneth Maxwell

Leslie Bethell

Marcos Caramuru

Marcos Jank

Monica de Bolle

Sebastião Salgado

# ASSOCIADOS

Em fevereiro de 2020



---

## Sócios Individuais

Adriano Abdo  
Álvaro Otero  
Antonio Alberto Gouvêa Vieira  
Antonio Poncioni Mérian  
Arminio Fraga  
Carlos Leoni de Siqueira  
Carlos Mariani Bittencourt  
Celso Lafer  
Claudine Bichara de Oliveira  
Cristina Pinho  
Décio Oddone  
Eduardo Prisco Paraíso Ramos  
Fernando Bodstein  
Fernando Cariola Travassos  
Frederico Axel Lundgren  
Guilherme Frering  
Henrique Rzezinski  
Jaques Scvirer  
João Felipe Viegas Figueira de Mello  
João Roberto Marinho  
José Francisco Gouvêa Vieira  
José Roberto de Castro Neves  
Larissa Wachholz

Laura Pinheiro  
Leonardo Coelho Ribeiro  
Marcelo Weyland Barbosa Vieira  
Marcio João de Andrade Fortes  
Maria Pia Mussnich  
Mauro Viegas Filho  
Najad Khouri  
Paulo Ferracioli  
Pedro Leitão da Cunha  
Ricardo Levisky  
Roberto Abdenur  
Roberto Amadeu Milani  
Roberto Guimarães Martins-Costa  
Roberto Pereira de Almeida  
Roberto Prisco Paraiso Ramos  
Roberto Teixeira da Costa  
Rosana Lanzelotte  
Sergio Zappa  
Stelio Marcos Amarante  
Thomas Trebat  
Tomas Zinner  
Vitor Hallack



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

Desde 1998, o think tank de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2019 o segundo melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade de Pensilvânia.

---

#### **ONDE ESTAMOS:**

Rua Marquês de São Vicente, 336  
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
22451-044



Tel: +55 (21) 2206-4400

[cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br)

---



[www.cebri.org](http://www.cebri.org)